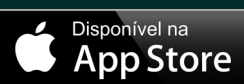


Baixe o App do CRECISP



FISCALIZAÇÃO CONJUNTA EM RIBEIRÃO PIRES APURA IRREGULARIDADES AMBIENTAIS E IMOBILIÁRIAS



No dia 5 de setembro, uma operação de fiscalização conjunta foi realizada na Estrada Ribeirão Pires/Suzano, conhecida como antiga Estrada dos Fernandes, com o objetivo de verificar possíveis irregularidades ambientais, ocupações ilegais e atividades imobiliárias na região. A ação atendeu a uma solicitação do Ministério Público, baseada em uma vistoria prévia da Polícia Militar Ambiental. Diversos órgãos estiveram envolvidos na operação, incluindo o Batalhão de Polícia Militar Ambiental, a Secretaria do Meio Ambiente de Ribeirão Pires, a CETESB, a SABESP, o CREA-SP e o CRECISP.

A região alvo da fiscalização é conhecida por abrigar áreas de preservação ambiental, o que exige atenção redobrada quanto ao uso do solo e à ocupação irregular. Durante a inspeção, não foram identificadas atividades imobiliárias irregulares, tampouco placas de comercialização de terrenos. No entanto, foram constatadas construções ilegais, que foram demolidas de imediato. Além disso, demarcações de lotes feitas com estacas e outros métodos improvisados

foram desfeitas, evitando que a área fosse ocupada novamente.

A presença do CRECISP foi fundamental para a operação, assegurando que não houvesse práticas imobiliárias irregulares na região. O órgão fiscalizou a conformidade de eventuais transações imobiliárias, prevenindo a comercialização ilegal de terrenos em áreas protegidas e contribuindo para a preservação do meio ambiente. A ação destacou o papel do CRECISP no combate às ocupações clandestinas e na promoção de boas práticas no mercado imobiliário.

Ao final da operação, as autoridades envolvidas consideraram a ação um sucesso. “As medidas tomadas atenderam às exigências do Ministério Público e contribuíram para a mitigação de atividades que ameaçam o bioma local. A operação reafirmou a importância das fiscalizações conjuntas como ferramenta eficaz de preservação ambiental, demonstrando o comprometimento das instituições em proteger os recursos naturais da região e garantir a legalidade no uso do solo”, afirmou o presidente do CRECISP, José Augusto Viana Neto.

